

Arte e Diversidade

A partir de pressupostos básicos da Neuroestética, pode-se pensar que a ampla difusão das linguagens artísticas, quantos mais diversas forem, mais benefícios potenciais poderão oferecer, já que ao espelharem possibilidades criativas inovadoras, ativam novas formas de cognição.

Angela Philippini

Dialogando com as paisagens culturais: perceber, ampliar e transformar

Dialoguing with cultural landscapes: notice, expand and transform

ANGELA PHILIPPINI*

Resumo

Este artigo propõe um estudo exploratório das interações entre paisagens culturais urbanas, patrimônio imaterial, Pontos de Memória e arte pública. Ressalta a importância de que sejam criadas oportunidades significativas para o exercício da percepção estética por meio de intervenções de arte pública, integrando os mais diversos atores sociais. Destaca estratégias e ações que promovem o fortalecimento da transmissão de tradições, de ritos, de saberes comunitários, das próprias intervenções de arte pública, pela criação de museus a céu aberto, e dos pontos de memória. Registra a necessidade de estes legados serem preservados através da governança conjunta de instituições diversas, desde o terceiro setor, até os órgãos governamentais, das instâncias locais até às internacionais. Considera neste contexto, o exercício da percepção estética como possibilidade de gerar saúde, bem estar e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Patrimônio Imaterial. Arte Pública. Percepção Estética.

Abstract

This article proposes an exploratory study of the interaction between urban cultural landscapes, non-material heritage, Memory Spots and public art. It highlights the importance of creating significant opportunities for the exercise of the aesthetical perception by means of interventions of public art, integrating several social agents. It highlights strategies and actions

* Mestre em Criatividade pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; Doutoranda em Ecologia Social pela EICOS – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Diretora da Clínica POMAR de Arteterapia e Editora da Revista de Arteterapia Imagens da Transformação; Email: pomar@alternex.com.br

which promote the strengthening of the transmission of traditions, rites, community knowledge, interventions of public art, by the creation of outdoor museums, and the memory points. It records the necessity of the preservation of these legacies, through the joint management of various institutions since the third sector, up to the governmental organs, from local and international regions. It is considered, in this context, the exercise of aesthetical perception as a possibility of generating health, welfare and life quality improvements.

Keywords: Cultural Landscapes Non-material Heritage. Public Art. Aesthetic Perception.

Introdução

O avanço nas descobertas da Neurociência, e particularmente as novas pesquisas da Neuroestética, abordam os correspondentes fisiológicos e emocionais que ocorrem a partir da contemplação e da percepção das obras de arte, propondo novas e desafiadoras áreas de estudo. Neste contexto são estudados os benefícios para a atividade cerebral, de perceber e interagir com formas, simetrias, cores, volumes, sons, e movimentos de dança, e são mapeadas as consequências destas interações para o equilíbrio e bem estar, seja na dimensão fisiológica, seja na dimensão psicológica.

Estas pesquisas demonstram que, dos nossos 100 bilhões de neurônios disponíveis, cerca de 5 bilhões, são chamados de neurônios espelho, ou seja, tem a capacidade de ativarem-se em sintonia com o que é visto, reagindo como se o espectador da obra de arte também estivesse realizando a mesma ação que o autor da performance. Esta descoberta acrescenta importante contribuição na compreensão dos mecanismos de aprendizagem, e abre um interessante campo de reflexões sobre contextos culturais e suas áreas de influência.

Um dos precursores destes estudos é o neurofisiologista Giacomo Rizzolatti, que em 1995 na Universidade de Parma, na Itália, integrou a equipe responsável pelos primeiros estudos de laboratório sobre o assunto. E pouco tempo depois, destaca-se o neurocientista indiano Vilayanur Ramachandra, atualmente um dos mais reconhecidos estudiosos de Neuroestética, Diretor do Centro do Cérebro e da Cognição da Universidade da Califórnia, que ampliando o foco destes estudos iniciais, trouxe a questão da interrelação dos efeitos do neurônio espelho em relação à consciência de si, e nas interações com outros seres.

A partir de pressupostos básicos da neuroestética, pode-se pensar que a ampla difusão das linguagens artísticas, quantos mais diversas forem, mais benefícios potenciais poderão oferecer, já que, ao espelharem possibilidades criativas e inovadoras, ativam novas formas de cognição. A interação com essa diversidade expressiva será apreendida por cada um de forma singular e esta apropriação irá variar em ritmo, intensidade, mas haverá um substrato comum, já que interações com novas cores, novas formas, novos olhares

sobre corpo e espaço, novas experiências com luzes, sombras e volumes, poderão propiciar subsídios adequados para experimentar novas percepções, não só estéticas, mas potencialmente poderão contribuir para um leque mais amplo de opções e formas de aprendizagem e, desse modo, auxiliarem também na construção de novas estratégias e novas articulações pessoais em contextos culturais.

Percepção estética e paisagens culturais

Contemplar é transportar-se para outro estado subjetivo e perceptivo. O filme **Sonhos** de Akira Kurosawa (1990), no episódio **Corvos**, apresenta o espectador de uma obra de arte de Van Gogh, que arrebatado pela imagem que vê, por um tempo sente-se no interior daquela paisagem, onde dialoga imaginariamente com os personagens que cria para habitar aquele lugar, inclusive com o próprio Van Gogh, com quem conversa. É arremessado para fora desta experiência por ruídos estridentes perto do local onde está exposto o quadro, trazendo de volta para a vida cotidiana o concentrado espectador.

O benefício da contemplação e da percepção estética é de tal importância, que órgãos governamentais de âmbito internacional como a UNESCO¹, e nacionais como o IPHAN², definem regras para preservar a possibilidade de contemplação e usufruto de determinadas imagens, inseridas em paisagens, tradições e saberes. Apresentam um regramento jurídico propiciando que estas imagens sejam preservadas das consequências e contextos do uso destrutivo e das agressões do tempo. No caso específico das paisagens, sejam naturais ou criadas por mão humana, podem ao serem vistas, proporcionar sensações tão significativas de bem estar, que nesta função contribuem para proporcionar melhor qualidade de vida. Por isso tem o potencial de serem preservadas e consideradas patrimônio comum da humanidade.

Daí nasce o conceito de paisagem cultural, como também um potencial patrimônio imaterial da humanidade, onde considera-se que a relação “indivíduo-paisagem” é tão íntima, visual e afetiva, um elo tão forte do convívio cotidiano e comunitário, que como tal merece ser protegido e conservado.

Em 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro recebeu o título inédito de Patrimônio cultural da Humanidade. Segundo essa categorização da Unesco, ao ser considerada como patrimônio cultural, entre outras tarefas, a cidade passou a ter a responsabilidade (a ser compartilhada com os diversos atores sociais) de manter íntegras as possibilidades de contemplação de suas paisagens agradáveis e, simultaneamente, construir, preservar e manter, dentro do espaço urbano a ser preservado, a possibilidade de criar continuamente eventos diversos, no sentido de proporcionarem boa qualidade de convivência e lazer cultural.

¹ UNESCO - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

² IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Complementarmente, temos o conceito e categorização de Patrimônio Imaterial, que abrange a conexão e preservação de determinados usos e costumes, considerando relações profundamente subjetivas e afetivas em relação às tradições, memórias, saberes, aromas, formas, cores, sons e espaços, que também merecem ser preservados, pela sua importância em determinados territórios.

No Rio de Janeiro, com a finalidade desta preservação em 06 de julho de 2012 foi criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Posteriormente foram regulamentadas as novas áreas de proteção de ambiência cultural (APAC), sendo criadas quatro novas áreas de proteção – Parque do Flamengo, Floresta da Tijuca, orla de Copacabana e Pão de Açúcar. Segundo Pedro da Luz Moreira (2012), do Instituto dos Arquitetos do Brasil, é importante fazer um projeto sensível de intervenção na paisagem, já que a mesma pode ser estragada ou potencializada, dependendo de como seja abordada.

As novas APACS terão a fiscalização da guarda municipal, através de cinco Unidades do Patrimônio da Humanidade (UPHS), com seus respectivos destacamentos para monitorar estas novas áreas.

Ampliando este contexto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) informa que no âmbito das paisagens, em 1992 o conceito de paisagem cultural foi criado pela UNESCO, pois até aquela data abrangia apenas áreas rurais, jardins históricos e locais de cunho simbólico, religioso e afetivo.

Assim, a partir da concessão do título aqui na cidade do Rio de Janeiro, tivemos a possibilidade de reconhecer e começar a conservar dois exemplos significativos de paisagem cultural: Praia de Copacabana e Forte Copacabana, já que ao colocar-se como primeira cidade no mundo a se candidatar, e conseguir o título de Patrimônio Mundial por sua paisagem cultural urbana, passou a ter novas tarefas de preservação. Esta ação inovadora da cidade do Rio de Janeiro ampliou e fortaleceu uma nova visão e uma abordagem mais abrangente sobre os bens culturais que podem ser inscritos na lista do Patrimônio Mundial.

Pontos de memória e museus a céu aberto

Dialogando de forma similar com estes olhares sobre Paisagens Culturais e Patrimônios comuns à Humanidade, temos o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que em parceria com o programa Mais Cultura e Cultura viva, do Ministério da Cultura; com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci/Ministério da Justiça) e com a Organização dos Estados Americanos (OEA), apoia ações de memória em comunidades populares das cinco regiões do país, por meio dos Pontos de Memória.

Estes pontos de memória partem do conceito que a reconstrução e fortalecimento da memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores deve ser viabilizada. Utilizam metodologia participativa e dialógica, trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como ferramenta de transformação social. Assim temos que

a proposta dos Pontos de Memória é promover a melhoria da qualidade de vida da população onde são sediados, fortalecendo as tradições locais, laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local. São considerados espaços de referência nos seus territórios, por estarem associados à locais de riqueza histórica e cultural, valorizando deste modo o protagonismo popular. Entendem a memória como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado, de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo onde estão inseridos. E consideram patrimônio cultural como processo social afirmativo de identidade coletiva e cidadania.

Estes conceitos são referendados pela museologia, em disciplina aplicada à nova realidade dos museus, que defende a necessidade de todos os segmentos da sociedade interagirem com estas instituições, igualmente defende a entrada e proteção do patrimônio de forma global, em atividades museológicas que extrapolem suas portas, e busquem realidades. Para se entender o quanto é complexo preservar tradições, saberes e memórias do fazer, vale lembrar que Mario de Andrade redigiu o anteprojeto do que viria a ser o primeiro órgão de proteção de patrimônios brasileiros em 1930, já incluía sua iniciativa de manifestações culturais imateriais que acreditava constituírem o verdadeiro patrimônio de um povo, no entanto, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial só foi implantado no ano de 2000, ou seja, sete décadas depois, quando iniciou-se o registro e a proteção dos bens culturais de natureza imaterial no Brasil.

A partir daí passaram a ser considerados bens imateriais, também chamados de intangíveis, aqueles que podem ser definidos como expressões culturais e tradições transmitidas, recriadas de geração em geração, despertando sentimentos de identidade, solidariedade e continuidade de um grupo ou comunidade (KOK, 2011, p. 233).

Para auxiliar na estruturação destas ações, temos agora disponíveis os seguintes documentos:

Livro de registros dos saberes, que valoriza conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

Livro de registro de celebrações, para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social de uma cidade.

Livro de registro das formas de expressão, para manifestações literárias, musicais, artísticas, cênicas e lúdicas.

Livro de registro dos lugares, que valoriza espaços que concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (p. 234, op. cit).

Tais providências integram-se aos conceitos básicos de Arte Pública, como os defendem autores como Fernando Pedro da Silva (2005), que trouxe questionamentos sobre o papel e a atuação social de instituições artísticas como museus e galerias, encaminhando-se no sentido de discutir suas noções de artes, de público, de história, de memória. E apesar destas discussões terem

se iniciado em 1960, seguem até hoje sendo debatidas, já que a Arte pública segundo o referido autor, trata-se uma prática que se torna cada dia mais presente no espaço urbano. Assim, a cidade é, a partir do referido autor, um local que se presta a receber todo tipo de manifestação artística (2005, p. 14, op. cit). Deste modo não será necessário então desligar-se do espaço cotidiano, como o personagem de Kurosawa, para desfrutar da arte, pois ela poderá estar inserida no próprio ambiente cotidiano.

Dentro desta abordagem, da experiência estética da diversidade da Arte no espaço público, no Rio de Janeiro temos como exemplo um significativo Ponto de Memória referente ao Museu de Favela – MUF (que abrange as comunidades: Pavão – Pavãozinho e Cantagalo). Trata-se de um museu a céu aberto configurado pelo Circuito das Casas Telas no Cantagalo, formado por 27 telas pintadas por artistas plásticos reconhecidos, sobre fachadas das casas, cujos moradores inscreveram-se para sediar o projeto, e como contrapartida responsabilizaram-se pela conservação destas obras.

Figura 1 – Portal do Museu de Favela.



Fonte: Portal do Museu de Favela³.

³ Disponível em: <http://museudafavela.org.br>. Acesso em: 10 out. 2012.

Figura 2 – Fachada de Casa Tela.



Fonte: Portal do Museu de Favela⁴.

Assim a percepção estética é oferecida à população destas comunidades, e da cidade de um modo geral, configurada como uma galeria de Arte a céu aberto, com organização singular a dos museus territoriais, retratando memórias, cultura local e atendendo às questões básicas da arte pública. O referido circuito consta de dois portais, 27 telas grafitadas e diversas placas de orientação, para que o percurso possa ser melhor aproveitado. O propósito destas obras de arte a céu aberto, é contar a história, e registrar as memórias das 3 favelas que compõem este território, desde a época dos escravos, que ao fugirem, escondiam-se no Maciço de Cantagalo, incluindo a identificação das primeiras construções em 1907, até os dias de hoje, quando a região já possui uma população com cerca de 20 mil moradores.

A designação de museu a céu aberto ou de museu ao ar livre foi criada em 1870 pelos escandinavos, e o primeiro destes museus (O Parque de Skansen) foi criado em Estocolmo, em 1891.

Tal como a citada galeria de Arte ao ar livre, as instituições designadas como museus a céu aberto devem interagir adequadamente com a natureza, e apoiar-se na participação e valorização do espaço, relacionando-se com diversos segmentos da sociedade. A preservação ampla dos patrimônios naturais e construídos, bem como a sedimentação e a divulgação das tradições e rituais característicos do local, são elementos frágeis, e os primeiros que

⁴ Disponível em: <http://museudafavela.org.br>. Acesso em: 12 out. 2012.

podem se perder, quando não são transmitidas estas tradições ou protegidos estes saberes, memórias e rituais, daí a importância da constituição destes espaços.

Ao longo do século XX o conceito de museu a céu aberto ou ao ar livre vem ampliando-se para os atuais ecomuseus (termo de autoria de Hugues de Varine e Georges – Henriviere), espaços que devem ter grande participação social, atuando coletivamente, integrados à realidade local, em busca constante da autogestão.

A contemplação estética e a interação ambiental com este tipo de espaço, preservado, ativo e acolhedor, pode trazer amplos e variados benefícios ao público que dele desfruta. Com seu acervo constituído pela sua paisagem natural cuja harmonia e estrutura está íntegra, seja por obras produzidas por residentes locais, ou artistas convidados, estará nesta diversidade de alternativas, oferecendo algumas das múltiplas facetas da Arte Pública.

Percepção estética, bem estar e cidadania

Na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, a propósito do conceito de paisagem cultural urbana, a Sociedade de Amigos de Copacabana em uma de suas ações em benefício do bairro, solicitou a prefeitura que a iluminação da orla fosse mantida, restaurada e íntegra, uma vez que aqueles moradores consideravam a visão da sequência das lâmpadas considerada semelhante a imagem de um colar de pérolas: e para além de questões de segurança, decorrentes de uma boa iluminação, sentiam que esta visão fornecia também uma bela imagem, que como tal deveria ser preservada.

Esta necessidade natural de contemplar a beleza é confirmada na teoria da percepção embasada na Gestalt, quando aborda-se que instintivamente tendemos a concluir a forma, quando esta é apresentada de modo incompleto à nossa percepção. Assim a percepção estética de imagens simétricas e harmônicas pode traduzir-se em similares estados de serenidade e bem estar. Neste contexto é interessante observar que, desde tempos ancestrais, tradições religiosas diversas utilizam estratégias que proporcionam serenidade e pacificação da mente, através da contemplação de determinadas imagens que tem harmonia e simetria, como por exemplo as mandalas budistas, ou as imagens chamadas de yantras, utilizadas pelos praticantes de yoga, para práticas meditativas.

Viver ou interagir em espaços constituídos de aspectos harmônicos e bem cuidados, usufruindo a contemplação diária destas imagens, constitui-se no legado que a preservação de paisagens culturais ou naturais, pode proporcionar, favorecendo melhor qualidade de vida, além de propiciar benéficas associações subjetivas e afetivas. Os respectivos correspondentes fisiológicos, sustentados e realimentados por estes estímulos benéficos, também favorecem a liberação a nível fisiológico de neurotransmissores de ação positiva, como a serotonina e a endorfina, que promovem comprovados benefícios metabólicos, que multiplicam-se e realimentam-se. Assim, o

lazer constituído pelo exercício de atividades culturais, nestes espaços bem cuidados do ponto de vista estético e ambiental, podem também propiciar bem estar através da estimulação de base neural decorrente da percepção estética propiciada pela contemplação destas paisagens.

O patrimônio imaterial, como conceito jurídico propõe, que ao ser preservado para o bem comum, prolongue, sustente e fortaleça o fio de memória que alimenta a subjetividade no legado coletivo. Neste contexto, promover também a interação com a experiência artística, propicia boas condições de compreensão da importância e função da imagem, da forma, da estética, estendendo os seus benefícios em dimensões intergeracionais, individuais e coletivas, interagindo para a construção da identidade de cidadãos criativos.

Arte pública e paisagens culturais

Segundo Kok (2011, p. 11) a partir da constituição de 1988 houve uma mudança da concepção do que é patrimônio, que deixou de ter o conceito de um acervo congelado no passado e restrito a uma elite, passando a ser o resultado da prática social e cultural de diversos agentes, que tinham a memória como suporte, e o direito a cidadania cultural como horizonte. Essa perspectiva inovadora envolve toda a sociedade na responsabilidade de proteção, preservação e gestão, e passa a definir o patrimônio a partir de suas múltiplas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e conjuntos das produções criativas das coletividades.

E complementa, informando que o IPLAN, através dos espaços de diálogo e debate, fortalece a expressão da diversidade cultural do nosso país, ao assegurar o processo de produção de bens, e respectiva salvaguarda dos conhecimentos das populações tradicionais, garantindo assim sua transmissão às novas gerações.

Neste sentido incluem-se as edificações na paisagem urbana como testemunhos da forma de viver, de técnicas construtivas e de manifestações artísticas e culturais de diferentes períodos históricos (p. 233, op. cit). E reforçando o valor destes espaços preservados, Albano e Murta (apud SILVA, 2005, p. 32), enfatizam a importância da interpretação na valorização dos patrimônios culturais e naturais. Para estas autoras esta é a forma de descobrir significados, trocar emoções diante de um legado, que deve ser visto como um enigma a ser desvendado, um texto a ser interpretado.

Assim, investir na interpretação do contexto de cada território significa valorizar o ambiente urbano e natural, suas histórias, saberes e fazeres culturais. E ressaltam essas autoras que para isto, há necessidade de utilizar as diversas linguagens artísticas – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura; e também outros meios de comunicação tais como placas, painéis, folders, mapas e guias, todos a serviço do processo de Interpretação do patrimônio.

Complementando estas ideias, temos Silva (2005, p. 33) afirmando que “a obra de arte pública contribui para a formação e conscientização do cidadão, possibilitando-lhe a experiência da cidadania por meio do diálogo com a obra de Arte” sendo que os museus a céu aberto, e os Pontos de Memória são inegáveis reforços a estes objetivos.

Conclusão

À guisa de conclusão considero, que de certo modo, todos somos Pontos de Memória itinerantes, e a céu aberto, interagindo com outros tantos Pontos de Memória, possíveis interlocutores para o intercâmbio de tradições, saberes, afetos, com seus legados imateriais singulares, que produzem sentidos, e se fortalecem pela conectividade dos elos intergeracionais, afetivos, e também interagindo com as construções culturais a nossa volta.

As discussões sobre o que deve ser considerado “público” na arte comecem a ter relevância a partir de 1960, trazendo questionamentos sobre o papel e a atuação social de instituições artísticas como museus e galerias. Estes debates seguem sendo atuais. Estas origens referiam-se à necessidade de revitalizar centros urbanos deteriorados, para que redescobrissem a força e importância da participação comunitária de projetos.

Assim a contribuição da Arte Pública será fundamental, para que sejam vistas as necessidades da prática cotidiana de comunidades específicas considerando sua história, sua memória e seus valores culturais.

A vivência cotidiana em espaços com imagens instigantes e harmônicas, propicia o exercício da percepção estética no dia a dia, o que poderá ser feito através da contemplação de obras de arte oferecidas a céu aberto, na paisagem cultural urbana. Deste modo temos a integração da arte (pública) nas rotas diárias dos cidadãos.

Wisnik no artigo “Impressionante” (2012) celebra o sucesso, em São Paulo, da exposição de obras dos impressionistas oriundos do acervo do museu de d’Orsay, que gerou intermináveis filas noite a dentro e um saudável borborinho cultural nos arredores da mostra, movimentando ruas, restaurantes e cafés próximos. Neste contexto comenta que:

uma antropologia urbana teria de dar conta da complexa convivência dos entraves à urbanidade com um conjunto muito poderoso de forças culturais que a atravessam de multíssimas formas. Isso que eu estou dizendo deve ser tomado como um voto de esperança. A mente que vibra, vibra as fibras da cidade, que vibra novamente...

Assim é possível voltar, agora de forma poética, através das palavras de Wisnik, exatamente ao que defendem neurocientistas como Rizzolati e Vilayanur Ramachandra, pois o que a interação democratizada da vivência artística pode fazer de forma efetiva nos espaços públicos por seus cidadãos, é torná-los mais vivos, coloridos e saudáveis.

Referências

BRASIL. IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. Programas Pontos de Memória. **Ações e Programas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/07.rio-recebe-otitulo-depatrimonio-cultural-da-humanidade.html>>. Acesso em: 8 out. 2012.

BRASIL. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2012.

CALVINO, Í. **As cidade invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

KOK, G. **Memórias do Brasil**: uma viagem pelo patrimônio artístico, cultural e ambiental. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

MORAES, C. Os caminhos do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. **Intratextos**, Rio de Janeiro, nº especial 01, p. 32-46, 2010. Disponível em: <<http://e-publicações.UERJ.br/index.php/intratextos/article/viewfile/407/490>>. Acesso em: 5 out. 2012.

SILVA, F. P. **Arte pública**: Diálogo com as comunidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo. 1992.

WISNISK J. M. Impressionante. **Jornal O Globo**, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, 13 out. 2012.

VERGOLINO, P. L. G. Belém do Pará: Museu a céu Aberto. **Revista Museu**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id:3348>>. Acesso em: 12 out.2012.